

---

## CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

---

Ata da: **76ª Reunião**  
Local: **CETESB** — São Paulo - SP  
Data **18.02.2020**  
Início: **10:00 h**  
Término: **12:30 h**

---

Presidente: Fábio Villas Bôas  
Secretária Executiva: M. Heloisa Pádua Lima de Assumpção

---

### 1. PARTICIPANTES

Fábio Villas Bôas – SINDUSCON SP – COMASP  
Geraldo de Paula Eduardo – APEOP  
Pamela Cristina Barbosa – ABCR  
Rivaldo Franca Mello – AESAS  
Rodrigo Bicalho – SECOVI  
Vanessa Dias – SINDUSCON SP – COMASP  
Vladimir José Iszlaji – ABRAINCO  
Christiane Hatsumi Tajiri – SIMA - CPLA  
Fabiano Toffoli – CETESB  
Fernanda Nader - SIMA – CPLA  
Márcia Sayuri Ohba – CETESB  
Maria Heloisa P. L. Assumpção – CETESB  
Rodrigo Passos Cunha - CETESB  
Solange Medeiros Miranda – CETESB

### 2. ASSUNTOS TRATADOS

Heloisa deu início à reunião expondo os motivos que levaram a adiar a data da reunião, originalmente prevista para fim de novembro. Esclareceu que a ata da última reunião foi encaminhada a todos, por e-mail, consultou se alguém teria alguma contribuição e como não houve manifestação, a ata foi considerada aprovada.

Fábio, para ilustrar um dos problemas que vem sendo tratado no GT Solos, citou um caso específico onde o aterro não aceitou receber solo limpo de uma obra onde uma pequena parcela do terreno era contaminado.

Heloisa citou as questões formuladas pelo Sinduscon, por solicitação do GT Solos, relativas à duas exigências constantes da Licença da empresa Itaquareia . Falou que a primeira está muito clara e que indica, para os diferentes tipos de materiais, o que tem que ser cumprido para sua destinação adequada, além do embasamento técnico/legal. Com relação a segunda questão, específica de área declarada como contaminada, propôs que fosse formulada consulta diretamente ao Departamento de Áreas Contaminadas, agora vinculado à Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental.

Vladimir afirmou que os aterros estão exigindo para área declarada como contaminada, mesmo que o solo seja limpo, a análise pela NBR 10.004, quando o correto, pela DD 38, seria comparar com os Valores Orientadores. Os aterros usam o argumento de que é a CETESB que exige a análise pela NBR 10.004. Acredita que isso seja para cobrarem mais caro.

Heloisa reafirmou que as licenças dos aterros estão claras quanto ao que se exige.

Foi citado pelo Rivaldo a questão da Cava de Carapicuíba, que tem uma postura diferenciada em função da aprovação específica, que obteve na época no CONSEMA.

Rodrigo Bicalho propôs que fosse obtido um Parecer da CETESB quanto aos aspectos que tem sido exigido, erroneamente do setor, pelos aterros.

Márcia sugeriu que se contatasse a ABETRE. Heloisa concordou que, após a consulta à CETESB, fosse contatada a ABETRE. Afirmou que, em função da criação da Câmara

Ambiental de Resíduos, presidida pela ABETRE, e a parceria para desenvolvimento do SIGOR industrial, aquela associação está mais próxima.

Rodrigo Bicalho falou que estão amarrados, pelo Código de Mineração, a disporem solo em aterro e que a única forma é alterar a lei. Afirmou que o fórum de desburocratização engloba essa questão.

Como o andamento do assunto depende do fórum de desburocratização foi questionado se, de acordo com o regimento interno das Câmaras, o GT deveria ser encerrado ou suspenso, mas isso somente após a reunião com o Elton sobre as duas questões levantadas, mais especificamente quanto ao solo limpo advindo de área declarada contaminada.

Rodrigo Cunha, coordenador do GT de Rodovias, afirmou ter boas notícias com relação a revisão da Resolução SMA 30/2000. Que apesar dos seus problemas pessoais, o grupo retomou os trabalhos em janeiro, tendo sido finalizado o texto em fevereiro com as últimas contribuições. Não se podia perder a essência de desburocratização da versão inicial, mediante a autodeclaração. Informou que fará mínimos ajustes para consolidação internamente à CETESB e apresentará para a Câmara Ambiental para deliberação na próxima reunião. Considerou que, desta forma, o texto será aprovado mais fácil em Reunião de Diretoria da CETESB.

Rodrigo informou, ainda, que há um outro tema a ser abordado que é o da regularização das rodovias, pois atualmente somente 10% da extensão de 24 mil Km de rodovias existentes no Estado possuem Licença de Operação. Tem que existir um programa de regularização, com cronograma. São muitas empresas envolvidas: as concessionárias, a ABCR, a ARTESP, o DER e a extinta DERSA. Lembrou que nos últimos anos foram aprovadas regulamentações para transporte de produtos perigosos e de gerenciamento de animais atropelados.

Para a continuidade dos trabalhos no âmbito do GT de Rodovias da Câmara, Heloisa sugeriu que ele fizessem um relato dos trabalhos já executados e proposta de continuidade do GT com informações sobre o tema de regularização de rodovias, que pretendem dar início.

Vladimir afirmou que o fato das licenças de baixo impacto, para intervenção em APP, terem passado para as prefeituras piorou muito o prazo para o licenciamento. As prefeituras não estão preparadas para isso e chega a demorar 8 meses. Heloisa esclareceu que a Resolução CONSEMA veio para regulamentar a Lei Complementar 140/2011 e questionou se o problema esta focado somente em intervenção em APP. Ele esclareceu que sim e nas compensações, pois estas se restringem ao próprio município e sugeriu verificar a possibilidade de propor a alteração da Deliberação.

Com relação ao GT de Sustentabilidade, Vanessa informou que foram realizadas 2 reuniões. Que a Denize tem uma demanda de propor um texto para um novo Decreto de Compras Sustentáveis, pois existe um grupo tratando disso junto ao governador. Heloisa esclareceu que o GT de Sustentabilidade irá ajudar a desenvolver os itens relativos a construção sustentável, baseados em alguns itens já vistos no Programa de Construções Sustentáveis da PEMC. O Sinduscon ficou de aperfeiçoar o texto para a Denize apresentar como proposta ao Sr. Eduardo Trani, que tentará incluir na pauta no GT do Palácio.

Fabio comentou que obras públicas também tem que ter preocupação com vida útil e manutenção e que existem bancos que só financiam obras sustentáveis. Afirmou que 20% dos custos são gastos na obra e os outros 80% na manutenção. Portanto, em obra pública isso é ainda mais importante.

A próxima reunião plenária da CA Construção foi agendada para 29.04.2020, às 10 h, na sede da CETESB

**Eng.º Maria Heloisa Pádua Lima de Assumpção**  
**Secretária da CA Construção**

---